A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA MONITORIA EM HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA

Judite Dalila Aguiar Silva [1]

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE)
juditedalilaasilva@gmail.com

Resumo

O presente relato de experiência aborda a monitoria acadêmica na disciplina História Social da Infância, realizada na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), campus de Sobral, no curso de Pedagogia, destacando sua contribuição para a formação pedagógica, ética e crítica da estudante monitora, bem como para a compreensão dos direitos da criança e do adolescente. A monitoria permite articular teoria e prática, mediando a aprendizagem, promovendo reflexão crítica e fortalecendo a identidade docente. Durante as atividades, como seminários, debates, análises de obras literárias e cinematográficas, incluindo a história de Pinóquio e o filme O Contador de Histórias, foi possível compreender experiências infantis em diferentes contextos históricos, evidenciando exploração infantil, ausência de proteção e desigualdades sociais. A disciplina possibilitou analisar movimentos sociais voltados à defesa da infância e reconhecer a criança como sujeito ativo de direitos, produtora de cultura e participante das relações sociais. No contexto brasileiro, a proteção da infância é assegurada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelecem direitos fundamentais e priorizam a atenção integral de crianças e adolescentes, orientando práticas educativas e políticas públicas. A experiência de monitoria configurou-se como espaço de aprendizagem colaborativa, reflexão crítica e fortalecimento da identidade docente, promovendo a construção de uma educação comprometida com os direitos da criança e do adolescente, capaz de valorizar sua dignidade, liberdade e participação social.

Palavras-chave: Monitoria acadêmica. História Social da Infância. Direitos da criança e do adolescente. Formação docente

Introdução

A monitoria acadêmica configura-se como uma prática formativa de grande relevância no contexto do ensino superior, especialmente nos cursos de licenciatura, por possibilitar a articulação entre teoria e prática, bem como o aprofundamento dos conhecimentos construídos ao longo da formação inicial. Ao assumir o papel de monitor, o estudante amplia sua participação no processo educativo, deixando de ser apenas receptora de conteúdos para atuar como mediador da aprendizagem, colaborando com colegas, apoiando o desenvolvimento das atividades acadêmicas e fortalecendo sua identidade docente. Nesse sentido, a monitoria ultrapassa o caráter auxiliar e assume uma função pedagógica, contribuindo significativamente para a formação crítica, reflexiva e profissional do futuro professor, ao promover experiências que aproximam a realidade acadêmica das futuras práticas educacionais.

Dentro desse contexto, as atividades desenvolvidas na disciplina História Social da Infância realizada na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), campus de Sobral, no curso de Pedagogia, desempenharam papel central na construção de saberes teóricos e práticos. Durante as aulas da disciplina, foram realizados seminários temáticos, debates e atividades reflexivas que possibilitaram discutir a concepção histórica da infância. Também foram utilizados recursos culturais, como a análise da história de Pinóquio, a Roda dos Expostos e o filme: O Contador de Histórias, que favoreceram a compreensão das experiências infantis em diferentes contextos sociais e históricos.

Nesse cenário, meu papel como monitora tornou-se essencial para mediar a aprendizagem e articular a participação dos estudantes. Como monitora, atuei como uma ponte entre os conteúdos da disciplina e os estudantes, auxiliando-os na compreensão dos temas abordados e na mediação de dúvidas, favorecendo a participação ativa e o aprofundamento do aprendizado. Essa função permitiu que os colegas se sentissem à vontade para esclarecer questões e refletir criticamente sobre os conteúdos, fortalecendo o processo de aprendizagem.

Segundo Barros et al. (2025), a monitoria acadêmica fortalece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para uma formação profissional mais ampla e significativa. Nessa perspectiva, a monitoria configura-se como uma estratégia pedagógica indispensável no contexto universitário, uma vez que favorece a construção do conhecimento, estimula a autonomia estudantil e qualifica a trajetória acadêmica e profissional dos envolvidos. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a monitoria acadêmica não se limita apenas ao apoio nas atividades da disciplina, mas se configura como um espaço de aprendizagem e troca de conhecimentos entre os estudantes.

Nos cursos de Pedagogia, a monitoria possibilita ao estudante vivenciar desafios concretos da prática educativa, como a organização de atividades pedagógicas, o acompanhamento de colegas em seus processos de aprendizagem, o diálogo com diferentes sujeitos e a reflexão contínua sobre o papel do educador na construção do conhecimento. Assim, a monitoria constitui-se como um espaço privilegiado de formação, no qual se consolidam saberes pedagógicos, éticos e sociais fundamentais para a atuação profissional, contribuindo para o amadurecimento acadêmico e para a construção da identidade docente.

Diante desse contexto formativo vivenciado no ensino superior, torna-se importante refletir sobre o papel da monitoria no despertar do interesse pela docência e na construção de saberes necessários à atuação educativa. A monitoria, nesse sentido, contribui para que o estudante se aproxime da prática pedagógica ainda durante a graduação, favorecendo experiências que vão além do conteúdo teórico. Segundo Dantas (2014), a monitoria tem como um de seus principais objetivos estimular o interesse pela docência desde a graduação, além de contribuir para a construção de

saberes ético-pedagógicos importantes para a formação acadêmica, tanto dos monitores quanto dos demais envolvidos no processo educativo. Dessa forma, a contribuição da monitoria vai além do apoio acadêmico, pois favorece a formação ética e pedagógica do estudante, fortalecendo sua preparação para a atuação profissional no campo educacional.

Nesse processo formativo proporcionado pela monitoria acadêmica, a disciplina História Social da Infância assumiu papel central, ao possibilitar a articulação entre a experiência pedagógica vivenciada e a reflexão crítica sobre a infância. Inserida nesse contexto formativo, a disciplina História Social da Infância apresenta-se como um campo de estudo essencial para a compreensão da criança enquanto sujeito histórico, social e culturalmente construído. Ao analisar as transformações das concepções de infância ao longo do tempo, a disciplina permite problematizar práticas sociais, educacionais e institucionais que, historicamente, negligenciaram ou violaram os direitos das crianças. Dessa forma, o estudo da infância contribui para a construção de uma visão crítica acerca das relações sociais estabelecidas com as crianças em diferentes períodos históricos, bem como sobre o papel da sociedade, do Estado e da educação na garantia da proteção, do desenvolvimento integral e da dignidade da infância, o que, no contexto da experiência vivenciada na monitoria, despertou reflexões e questionamentos que fundamentam a realização deste trabalho.

A motivação para a realização deste trabalho surge da vivência significativa proporcionada pela monitoria na disciplina História Social da Infância, a qual despertou um olhar mais sensível e crítico acerca da construção histórica dos direitos da criança. A experiência enquanto monitora evidenciou a importância de compreender a infância não apenas como uma etapa biológica do desenvolvimento humano, mas como uma categoria social, histórica e culturalmente construída, marcada por avanços, retrocessos e lutas por reconhecimento e proteção.

Segundo Souza e Mazzo (2025), o termo infância tem origem no latim infantia, formado pelo prefixo in, que indica negação, e fante, relacionado ao ato de falar, significando aquele que ainda não fala. Ao longo de muitos séculos, a criança ocupou um lugar de pouca visibilidade na sociedade, marcado pela falta de cuidados e pela baixa qualidade de vida. Nesse contexto histórico, a criança era vista como um adulto em miniatura, sendo submetida ao trabalho precoce, à exploração e a diversas formas de violência, além de enfrentar elevados índices de mortalidade infantil. Essa compreensão histórica evidencia que, durante longos períodos, as crianças não eram reconhecidas como sujeitos de direitos, o que resultava em situações de negligência e exploração.

Durante grande parte da história, a infância foi marcada pela invisibilidade social, sendo a criança frequentemente percebida como um “adulto em miniatura”, submetida precocemente ao trabalho, à exploração, à violência e à ausência de direitos básicos. A naturalização dessas práticas evidencia como as concepções sociais e culturais influenciaram o modo como as crianças foram tratadas ao longo do tempo. Somente a partir de transformações sociais, políticas e culturais,

impulsionadas por movimentos sociais, pesquisas acadêmicas e avanços legais, a infância passou a ser reconhecida como uma fase singular do desenvolvimento humano, com necessidades próprias e direitos específicos. Essa mudança de perspectiva reforça a importância de compreender a infância não apenas sob uma ótica biológica, mas também social, histórica e cultural, considerando os contextos nos quais as crianças estão inseridas.

Ao longo do século XX, a comunidade internacional passou a reconhecer formalmente a criança como titular de direitos, estabelecendo instrumentos jurídicos que garantem sua proteção e desenvolvimento integral.

> Por vários séculos, crianças e adolescentes foram colocados no lugar de sem fala "infante" 1(quietinhos), ou como membros da infantaria dos exércitos medievais, ou ainda como objetos da esfera doméstica. Somente no século XX, a Convenção dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, proclamou solenemente que crianças são sujeitos de direitos. Anteriormente, no pós-guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) havia apenas preconizado cuidados e assistência especial para crianças, tendo criado o Unicef em 1946. No Pacto Social dos Direitos Civis e Políticos da ONU, que entrou em vigor em 1976, são assegurados os direitos das crianças, mas em casos de dissolução da família e/ou de discriminação. (Vicente,2025,p.171).

Historicamente, crianças e adolescentes foram tratados como seres sem autonomia, muitas vezes reduzidos a papéis de obediência, trabalho ou restrição ao ambiente doméstico, sem reconhecimento de seus direitos. Essa visão limitada evidencia como a sociedade demorou a perceber a infância e a adolescência como etapas de desenvolvimento que exigem proteção, participação e valorização. Com o avanço das convenções internacionais, passa-se a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, reforçando a importância de práticas sociais e políticas que garantam seu bem-estar, autonomia e participação desde cedo.

A compreensão histórica da infância permite refletir sobre como as concepções sociais e culturais influenciam a educação e a atuação pedagógica contemporânea. Segundo Barbosa e Maria das Graças (2008), na Idade Média a criança era vista como um instrumento a serviço dos interesses dos adultos e, assim que demonstrava alguma independência física, era inserida precocemente no mundo adulto. Nesse período, a criança não vivenciava os estágios da infância como são compreendidos atualmente, e sua socialização não era responsabilidade exclusiva da família. A educação ocorria principalmente por meio da convivência e da realização de tarefas junto aos adultos, sem uma separação clara entre o universo infantil e o adulto. Diante dessa realidade histórica, percebe-se que a infância não era reconhecida como uma fase própria do desenvolvimento humano, marcada por cuidados, proteção e direitos. Essa concepção limitada contribuiu para a exclusão das crianças de políticas e práticas voltadas ao seu bem-estar, situação que contrasta com os avanços contemporâneos, nos quais a infância passa a ser compreendida como um período fundamental, que exige atenção, respeito e garantia de direitos.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, construído a partir das vivências da estudante enquanto monitora da disciplina História Social da Infância, no curso de Pedagogia. Segundo Breton (2021), narrar uma experiência já vivida envolve um processo de memória refletida, no qual o sujeito revisita suas vivências e as transforma em palavras. Esse movimento de rememoração permite acessar experiências ligadas à vida intencional do narrador, uma vez que tais vivências encontram-se sedimentadas na memória e permanecem disponíveis no presente. Assim, essas memórias podem ser apreendidas pelo pensamento e submetidas à reflexão, à análise e ao exame crítico, sem que seja necessário um esforço consciente de evocação, pois já estão integradas à experiência vivida do sujeito. Ou seja, ao narrar uma experiência já vivida envolve um processo de memória refletida, no qual o sujeito revisita suas vivências e as transforma em palavras. Esse movimento de rememoração permite acessar experiências ligadas à vida intencional do narrador, uma vez que tais vivências encontram-se sedimentadas na memória e permanecem disponíveis no presente. Assim, essas memórias podem ser apreendidas pelo pensamento e submetidas à reflexão, à análise e ao exame crítico, sem que seja necessário um esforço consciente de evocação, pois já estão integradas à experiência vivida do sujeito.

A metodologia baseia-se na descrição e análise reflexiva das atividades desenvolvidas ao longo da disciplina, tais como seminários temáticos, debates, atividades reflexivas, análises de obras literárias e cinematográficas, articuladas à revisão de literatura sobre monitoria acadêmica, formação docente e história social da infância. Essa abordagem possibilita compreender a relevância da experiência vivida e suas contribuições para a formação acadêmica e pedagógica.

Diante disso, este relato de experiência tem como objetivo apresentar e refletir sobre as contribuições da monitoria acadêmica na disciplina História Social da Infância, destacando seus impactos na formação pedagógica, na compreensão crítica da infância e no desenvolvimento acadêmico e profissional da estudante monitora. Busca-se, ainda, evidenciar a importância da monitoria como prática formativa no ensino superior, bem como sua contribuição para a construção de uma educação comprometida com os direitos das crianças.

Desenvolvimento

A experiência vivenciada por meio da monitoria na disciplina História Social da Infância evidenciou resultados formativos significativos tanto no âmbito acadêmico quanto no desenvolvimento pedagógico e crítico da estudante monitora. A participação ativa nas atividades da disciplina possibilitou um aprofundamento dos conteúdos teóricos e uma compreensão ampliada das múltiplas dimensões que envolvem a construção histórica, social e cultural da infância.

Nesse sentido, a monitoria não se limitou ao apoio técnico ou organizacional, mas constituiu-se como um espaço de aprendizagem mediada, reflexão crítica e formação docente. Segundo Santos et al. (2025), a monitoria acadêmica constitui-se como um espaço de aprendizagem colaborativa que contribui para o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando aos estudantes o desenvolvimento de competências pedagógicas essenciais, como o planejamento de aulas, a comunicação, a liderança de grupos e a avaliação da aprendizagem. Essa compreensão evidencia que a monitoria vai além do apoio acadêmico, pois contribui de forma significativa para a formação pedagógica dos estudantes, permitindo o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a futura atuação docente e fortalecendo a aprendizagem de maneira colaborativa.

Um dos principais resultados observados refere-se ao fortalecimento da compreensão da infância como uma categoria social historicamente construída. Ao longo da disciplina, por meio de leituras, debates e atividades pedagógicas, foi possível analisar como a concepção de criança se transformou ao longo do tempo, passando de uma visão marcada pela invisibilidade e pela negação de direitos para o reconhecimento da infância como uma fase singular do desenvolvimento humano. Essa compreensão foi constantemente retomada e aprofundada durante os seminários temáticos, nos quais se discutiram questões centrais relacionadas à infância, como o trabalho infantil, a exploração, a institucionalização e a ausência de políticas públicas em determinados períodos históricos.

Os seminários realizados pelos estudantes constituíram-se como uma das principais estratégias metodológicas da disciplina e revelaram-se fundamentais para a construção coletiva do conhecimento. Temas como o conceito de infância na pedagogia, a Roda dos Expostos, a infância operária e os acidentes de trabalho em São Paulo permitiram compreender como as crianças foram, historicamente, submetidas a condições de extrema vulnerabilidade, sendo privadas de direitos básicos como educação, lazer e proteção.

Outro aspecto relevante discutido ao longo da disciplina foi o surgimento de movimentos sociais e iniciativas voltadas à defesa dos direitos das crianças e adolescentes, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. A análise desses movimentos possibilitou compreender a infância a partir de uma perspectiva social e política, evidenciando o papel da sociedade civil na luta pelo reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos. Essas discussões contribuíram para ampliar o olhar dos estudantes sobre as desigualdades sociais que atravessam a infância, especialmente no que se refere às crianças em situação de pobreza, abandono e violência.

A disciplina também proporcionou reflexões importantes sobre a Sociologia da Infância, reconhecendo a criança como um sujeito social ativo, produtor de cultura e participante das relações sociais. Essa perspectiva rompe com visões adultocêntricas e reforça a necessidade de ouvir as crianças, considerar suas experiências e valorizar suas formas próprias de expressão. A abordagem da diversidade de gênero nas instituições de educação infantil contribuiu para ampliar o debate

sobre inclusão, equidade e justiça social, destacando como marcadores sociais impactam diretamente as vivências infantis.

Entre as atividades reflexivas desenvolvidas, destaca-se a elaboração de linhas do tempo pessoais, que possibilitou aos estudantes revisitar suas próprias infâncias e relacioná-las aos contextos históricos e sociais discutidos na disciplina. Essa atividade revelou-se significativa ao promover um exercício de autoanálise e empatia, permitindo compreender como diferentes infâncias são vividas de forma desigual, a depender das condições sociais, econômicas e culturais.

A análise da história do personagem Pinóquio constituiu-se como outro recurso pedagógico relevante, ao permitir a problematização do que significa ser criança em diferentes contextos históricos. A narrativa foi utilizada como instrumento simbólico para discutir temas como obediência, trabalho infantil, punição, moralização da infância e ausência de proteção. Essa abordagem reforçou a importância do uso de recursos culturais e literários no processo educativo, favorecendo a construção de sentidos e a ampliação da compreensão crítica sobre a infância.

Além do mais, durante as aulas da disciplina e também nas atividades da monitoria, foi exibido o filme O Contador de Histórias, como recurso pedagógico para favorecer a reflexão sobre a realidade vivenciada por crianças em situação de vulnerabilidade social e institucionalização. A narrativa, baseada em fatos reais, evidencia as violações de direitos sofridas por crianças institucionalizadas, permitindo compreender de forma concreta os impactos da exclusão social, do racismo estrutural e da violência institucional.

A trajetória de Roberto revela como essas experiências interferem no desenvolvimento infantil, ao mesmo tempo em que a atuação de Margarida demonstra a importância da escuta, do acolhimento e da persistência na relação educativa, evidenciando o papel transformador da educação quando pautada no respeito à dignidade humana. Segundo Oliveira et al. (2020), ao ser recapturado após uma fuga, Roberto conhece Margherit, que se aproxima dele pedindo para conversar. Surpreso com o pedido, o garoto percebe que nunca havia recebido um “por favor”. Apesar da tentativa da pedagoga de entrevistá-lo e gravar suas falas, a comunicação não é eficaz inicialmente. No entanto, Margherit não desiste, e, após Roberto sofrer abuso sexual ao tentar se aproximar de um grupo liderado por outro interno, Cabelinho de Fogo, ele busca refúgio na casa da pedagoga. A partir desse momento, desenvolve-se uma relação marcada por afeto e aprendizagem, na qual Margherit demonstra paciência e determinação para ajudá-lo, oferecendo acolhimento em troca do relato de sua história de vida. A discussão do filme promoveu reflexões profundas acerca da responsabilidade da sociedade e do Estado na garantia dos direitos das crianças, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, a proteção da infância e da adolescência é assegurada constitucionalmente, reforçando o dever do Estado, da família e da sociedade em garantir direitos específicos a esse público.

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil,1988).

Portanto, a Constituição Federal de 1988 assegura a prioridade absoluta que deve ser conferida à infância e à adolescência no Brasil. Ele reforça que a proteção das crianças e adolescentes não é responsabilidade exclusiva da família, mas também da sociedade e do Estado, configurando-se como um dever compartilhado. Ao listar direitos fundamentais como vida, saúde, educação, lazer, dignidade e liberdade, a Constituição reconhece a criança como sujeito pleno de direitos, afastando concepções históricas que a viam apenas como objeto de cuidado ou de controle social. Esse dispositivo legal constitui a base para políticas públicas e práticas educativas que busquem garantir o desenvolvimento integral, a proteção contra abusos e violências e a promoção de condições para que cada criança possa exercer seus direitos de forma plena.

Para detalhar a proteção integral das crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece direitos fundamentais que orientam a atuação do Estado, da família e da sociedade. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 15° a criança e o adolescente possuem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, devendo ser reconhecidos como pessoas em desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais assegurados pela Constituição e pelas demais leis. (Brasil 1990). Além disso, o ECA prevê mecanismos específicos para garantir prioridade no atendimento e proteção às crianças em situações de vulnerabilidade.

> Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los

Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente possuem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, devendo ser reconhecidos como pessoas em desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais assegurados pela Constituição

e pelas demais leis. Esse reconhecimento reforça a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade em garantir condições adequadas para o pleno desenvolvimento infantil e a proteção de seus direitos.

A proteção dos direitos da criança e do adolescente é um tema central no estudo do direito infanto juvenil, especialmente no que se refere à prioridade absoluta e à atenção integral às necessidades desse público. Segundo Ishida (2014), a doutrina da proteção integral e o princípio do melhor interesse constituem fundamentos centrais do direito da infância e da juventude, devendo orientar toda interpretação de situações que envolvam crianças e adolescentes. Esses princípios reforçam a ideia de que os direitos da criança e do adolescente devem receber prioridade absoluta. Esse entendimento evidencia a importância de considerar sempre o bem-estar da criança como parâmetro central nas decisões sociais e legais .

De modo geral, os resultados da experiência demonstram que a monitoria acadêmica potencializa o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação integral da estudante monitora e dos demais participantes da disciplina. A vivência permitiu o desenvolvimento de competências pedagógicas, como a mediação do conhecimento, a escuta sensível, a organização de atividades e a reflexão crítica sobre a prática educativa. Além disso, fortaleceu a compreensão da infância como uma construção social complexa, atravessada por relações de poder, desigualdades e disputas históricas.

Conclusões

A monitoria acadêmica na disciplina História Social da Infância contribui de forma significativa para a formação pedagógica, ética e crítica da estudante monitora, fortalecendo sua compreensão sobre o papel do educador na construção do conhecimento. A experiência permite articular teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de competências como mediação da aprendizagem, escuta sensível, organização de atividades e reflexão crítica sobre a atuação docente.

O estudo da infância como categoria histórica, social e cultural possibilita reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos, superando concepções históricas de invisibilidade e negação de direitos. A análise de recursos culturais, obras literárias e cinematográficas, aliada à reflexão sobre políticas públicas e instrumentos legais, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, evidencia a importância da proteção integral e da prioridade absoluta na atenção à infância.

A experiência desenvolvida permite compreender que a infância é atravessada por relações de poder, desigualdades sociais e disputas históricas, sendo essencial promover práticas educativas e sociais que assegurem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Dessa forma, a monitoria constitui-se como um espaço de aprendizagem colaborativa e de formação docente,

contribuindo para a construção de uma educação comprometida com os direitos da criança e a valorização de sua dignidade e autonomia

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Analedy Amorim; MARIA DAS GRAÇAS, S. A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. **EXAMÃPAKU (revista descontinuada)**, v. 1, n. 1, 2008.

BARROS, Lucas Felipe et al. A importância da monitoria acadêmica no ensino superior: um instrumento de aprendizagem colaborativa. **GESTUS MULTIDISCIPLINAR**, p. 91-95, 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://share.google/CjWUjLADpp5jG4ktB Acesso em: 30 de janeiro de 2026.

BRETON, Hervé. LA NARRACIÓN DE LA EXPERIENCIA VIVIDA FRENTE AL" DIFÍCIL PROBLEMA" DE LA EXPERIENCIA: ENTRE LA MEMORIA PASIVA Y LA HISTORICIDAD. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 44, p. 38-51, 2021

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/623234/CF88_EC129_livro.pdf Acesso: em 30 de janeiro de 2026.

DANTAS, Otilia Maria. Monitoria: fonte de saberes à docência superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 241, p. 567-589, 2014.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. EDa Atlas SA, 2014

OLIVEIRA, Aline Soares et al. O Contador de Histórias: Uma Análise na Perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 14, p. 70-78, 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. 2005.

SANTOS, Luanna Clara Ferreira et al. A contribuição da monitoria acadêmica para o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de competências pedagógicas: um estudo sob a perspectiva docente. 2025.

SOUZA, Suzy Vieira Março; MAZZO, Monica Bernardino. **História Social da Infância: Conceito e Práticas Contemporâneas**. Freitas Bastos, 2025.